



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

## MARXISMO E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS PARA PENSAR O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E SEU PROJETO PROFISSIONAL NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA

ELTON LUIZ DA COSTA ALCANTARA<sup>1</sup>

**Resumo** As transformações societárias das últimas três décadas apresentam óbices que pesam sobre a manutenção da hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social; são processos que, articulando a “miséria da razão” com a “destruição da razão”, se põem como constrangimentos ao pensamento crítico. Sendo subsídio incontornável do projeto profissional, o marxismo nos parece a única perspectiva capaz de compreender desde a essência os fundamentos do Serviço Social, sabendo lidar com seus limites enquanto profissão sem que se caia na mera aceitação do avanço do capital e sua lógica autoexpansiva, construindo, coletivamente, alternativas que possibilitem escapar à mera reprodução mimética do imediato.

**Palavras-chave:** Intenção de Ruptura; Projeto Ético-Político; Marxismo; Serviço Social.

**Resumen:** Las transformaciones societarias de las últimas tres décadas presentan óbices que pesan sobre el mantenimiento de la hegemonía del proyecto ético-político del Servicio Social; son procesos que, articulando la "miseria de la razón" con la "destrucción de la razón", se ponen como limitaciones al pensamiento crítico. Siendo subsidio ineludible del proyecto profesional, el marxismo nos parece la única perspectiva capaz de comprender desde la esencia los fundamentos del Servicio Social, sabiendo lidiar con sus límites como profesión sin que se caiga en la mera aceptación del avance del capital y su lógica autoexpansiva, construyendo , colectivamente, alternativas que posibiliten escapar a la mera reproducción mimética del inmediato.

**Palabras Clave:** Intención de Ruptura; Proyecto Ético-Político; Marxismo; Servicio Social.

### INTRODUÇÃO

A marca da relação do Serviço Social com a tradição marxista é a “intenção de ruptura” (NETTO, 2015), distinguida em três momentos. O primeiro é datado de 1972 a 1975, localizado na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, condensado no Método Belo Horizonte (Método BH)<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: <eltonluizcosta@gmail.com>

<sup>2</sup> Como uma experiência isolada no Serviço Social brasileiro – dadas as condicionantes políticas da época –, será a marca do primeiro momento da intenção de ruptura, a primeira

Apesar de seus limites teórico-metodológicos, foi de significativa importância muito mais pelo que se desenvolveu posteriormente, nos marcos da crise da ditadura civil-militar, do que pelo seu impacto na profissão da época. Seria esse o ponto de contato entre o vetor mais crítico da reconceituação latino-americana e a renovação brasileira do Serviço Social.

Será na década de 1980 que se consolidará, no Brasil uma verdadeira apropriação de Marx e da tradição marxista, desde as fontes. Isso se dá a partir de novas condições concretas que possibilitaram ultrapassar os limites de outrora (ainda que carregue novas contradições) na condição alcançada pelo Serviço Social, diante da qual “*democratizou-se a relação no interior da categoria e legitimou-se o direito à diferença ídeo-política*” (NETTO, 1996: 111), e a profissão atingiu a sua maioria na elaboração teórica. Não obstante ao hiperdimensionamento ocorrido quanto à propagação da ruptura com o conservadorismo, é *vero* que ocorreu uma renovação teórico-cultural dinamizada pela sua vanguarda.<sup>3</sup>

Este foi o *segundo momento* da aproximação com o marxismo, quando passou-se a beber em fontes mais seguras e originais. Aqui, a obra seminal de lamamoto e Carvalho (2011, original de 1982) efetivamente inaugurou esse momento. Fundamentalmente, apresentou uma compreensão histórico-crítica do Serviço Social, afastando-se das leituras endógenas que compreendiam a profissão como uma evolução linear das “primeiras formas de ajuda” à forma

---

apropriação mais sistemática do referencial marxista na busca de uma crítica global ao Serviço Social tradicional alicerçada na perspectiva da classe trabalhadora, assim considerando seu desiderato aportado em um “marxismo acadêmico”.

<sup>3</sup> Eis um balanço dessa contribuição: “No curso dos anos oitenta, a tradição marxista se colocou no centro da agenda intelectual da profissão: *todas* as polêmicas relevantes (o debate sobre formação profissional e sobre teoria e metodologia, sobre Estado e movimentos sociais, sobre democracia e cidadania, sobre políticas sociais e assistência) foram *decisivamente* marcadas pelo pensamento marxista. Ao fim da década, apenas para mencionar alguns exemplos óbvios, tinha-se uma referência claramente marxista em obras que balizaram a análise da política social (Faleiros, 1980), a compreensão do significado social da profissão (lamamoto, *in* lamamoto e Carvalho, 1982), uma avaliação da reconceituação e uma tematização da “transformação social” (Carvalho, 1984), bem como o exame da problemática metodológica (Vv. Aa., 1989). Para além da referência direta, a tradição marxista rebateu forte em textos que se tornaram material de base na formação profissional, como é o caso da produção de pesquisadores da PUC-SP (Sposati *et alii*, 1985; Sposati, 1989), e em livros que renovam a leitura da história do Serviço Social (Martinelli, 1989). É inteiramente fundado, pois, considerar que, nos anos oitenta, sem prejuízo da existência de perspectivas alternativas e concorrentes foram os influxos da tradição marxista que deram o tom ao debate profissional” (NETTO, 1996: 112 e 113).

“técnica”, “racional” e “científica” (cf. MONTAÑO, 2009).

Ao adotarem o método marxista (fundado na razão dialética), tornou-se possível uma leitura crítica da sociedade, e, a partir dessa leitura, encontrar as determinações que provocam as desigualdades sociais, identificando as expressões da profissão e seu objeto de trabalho.

Tendo suas maiores expressões em dois importantes debates, quais sejam: o que envolvera a construção do Código de Ética Profissional de 1986 e o do currículo mínimo de 1982; apresentará limites, e sua maior expressão é em torno da discussão metodológica<sup>4</sup>.

Na medida em que o projeto ético-político foi o produto “final” do que se inaugurara com a *intenção de ruptura*, o *terceiro momento* do que se iniciara em 1972, ele carrega o que poderíamos chamar de elementos sintetizadores desse processo que, indo além do movimento em si, é inegável herança passada adiante na categoria profissional.

Conforme dissemos, teve especial penetração do marxismo (e de marxistas de dentro e de fora da categoria) como perspectiva hegemônica, ainda que não só deste. A maior ou menor força com que o marxismo magnetizará tal projeto é algo que depende de processos tanto internos quanto externos à profissão; e *poderá* ser um indicativo de como anda a incorporação dessa perspectiva nos meios profissionais, principalmente (alguém dirá: exclusivamente) na vanguarda da categoria de assistentes sociais<sup>5</sup>. Importa realmente dilucidar alguns elementos que conformam tal projeto e em como impacta/é impactado dentro de certas condições objetivas, apontando hipóteses de trabalho para pensar a relação do marxismo com o Serviço Social

---

<sup>4</sup> “Esta aparece nas diversas posições expressivamente postuladas no *Caderno Abess n. 03*. Um setor apoiava a ideia de um *estatuto teórico-metodológico próprio ao Serviço Social*. Este argumento era sustentado no entendimento de que, na prática profissional, o assistente social elaborava materiais teóricos que dela decorrem, mas ao mesmo tempo a subsidiam. Outra posição defendia o Serviço Social como equivalência de uma práxis política, cuja função da divisão social do trabalho seria a realização de um trabalho político para o qual os serviços sociais eram o meio. Verifica-se assim que, nestas duas posturas, incorrem-se em equívocos, tanto do entendimento da especificidade da teoria e da prática, bem como se situa, de forma equivocada, a inserção do Serviço Social na divisão social do trabalho” (SOUSA e NEVES, 2012: 29 e 30 grifos das autoras).

<sup>5</sup> Ao mesmo tempo em que a qualidade com que o marxismo é absorvido pode definir substantivamente a manutenção, estagnação ou retrocesso da direção social assumida pela profissão.

no atual momento histórico.

## I – DESENVOLVIMENTO

A perspectiva crítica que começara a penetrar na profissão em meados dos anos 1960<sup>6</sup> e ressurgira com força hegemônica – tendo como marco o ano de 1979 com o Congresso da Virada – logo após o ocaso da autocracia burguesa nos anos 1980 (fortemente conectada aos movimentos sociais em efervescência nesse contexto), reorienta o Serviço Social na sociedade a partir de novas bases de pensar e agir nos processos sociais e, concretamente, reorientando sua intervenção nos espaços sócio-ocupacionais onde se insere, numa perspectiva declaradamente a favor da classe trabalhadora.

De fato, tal perspectiva perfilará um projeto profissional que dissolve (mas não anula) o conservadorismo que historicamente hegemônizara o Serviço Social. Denomina-se, desse modo, de *projeto ético-político* o que se condensará num arsenal teórico, político e normativo com base na perspectiva crítica (com ênfase especial no marxismo), articulando-se a um projeto societário de ruptura com o capitalismo e afirmação de uma sociedade de livre-associados.

Sendo assim, os anos 1990 fazem avançar e consolidar a direção social que vinha buscando se afirmar pelo referencial marxista. Essa década ficou marcada na conjuntura nacional pelo avanço das respostas do capital à sua crise estrutural (datada dos anos 1970) sob a nomenclatura de Reforma Gerencial, vinculada a um movimento de caráter global, o neoliberalismo. Assim, opera-se um conjunto de ajustes econômicos num projeto de enfraquecer o caráter interventor do estado no âmbito das políticas sociais, hipertrofiando uma “sociedade civil” para que esta assuma a execução de todas as ações de âmbito sócio-assistencial. A partir daí, o Estado apenas gere as ações, assumindo uma função gerencial.

Nesse caminho – de lidar com as sequelas da “questão social” – que a

---

<sup>6</sup> Esse é o momento da chamada reconceituação.

*Reforma Gerencial* se orienta (ou orienta a contrarreforma do Estado):

a gestão e prestação de serviços sociais e assistenciais, a partir do processo de privatização e descentralização (chamado ideologicamente de “publicização”), se autonomizaram dos controles e mecanismos democráticos existentes (mesmo que limitados e insuficientes) no âmbito estatal: contratos temporários, inexistência de concursos públicos abertos e obrigatórios, seguindo critérios técnicos e de carreira profissional, inexistência de licitações públicas, inexistência de controle social sobre os gastos de recursos, garantia de continuidade dos serviços, entre outros processos. (MONTAÑO, 2007: 46)

Esse, portanto, é o cenário posto ao Serviço Social para o que Netto denomina “maturação” da profissão, expressa pela ruptura (teórica e política) com o tradicional conservadorismo e construção do seu projeto profissional. Entretanto, tal questão não pode ser considerada mecanicamente, como se não houvessem ataques e antagonismo à direção atualmente hegemônica. De fato, o conservadorismo se mantém presente a atuante, ainda que não se manifeste como outrora na categoria profissional. Por outro lado, a *politização à esquerda* é algo efetivamente alcançado, abrindo-se o espaço para a livre circulação de ideias (inclusive antagônicas), que “batalham” pela hegemonia.

A formulação de um projeto ético-político ocorre na perspectiva de dar o amálgama interno e buscando orientar o *modus operandi* de uma profissão, estando submetido aos tensionamentos próprios desse *corpus* profissional, determinado pelas demandas sociais postas nos espaços de atuação.

Nesse sentido, tal conjunto de profissionais se orienta por um projeto profissional, expressão das intencionalidades e compreensões da categoria, fundamentalmente de sua vanguarda, em grande parte situada nas entidades representativas (ENESSO, ABEPSS, e conjunto CFESS/CRESS). Tal projeto de modo algum é elemento abstrato e abstraído da realidade social concreta, com características indiferenciadas; efetivamente possui clara orientação ético-política vinculada a um projeto societário (BRAZ, 2007), que, portanto, desborda os limites estreitos de uma categoria profissional.

Encontramos sua corporeidade mais nítida no conjunto de documentos, legislações, manifestos e orientações formuladas por suas entidades (principalmente: Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da

profissão, de 1993, e Diretrizes Curriculares da ABEPSS, de 1996), além do arcabouço teórico-metodológico construído por seus profissionais em artigos, dissertações, teses, etc.

Cabe destacar que um projeto (profissional ou não) é fruto da capacidade teleológica humana de prévia orientação para determinados fins (MARX, 2017; LUKÁCS, 2013). Uma categoria profissional é formada por sujeitos que, se valendo de sua capacidade teleológica e se articulando de forma coletiva, conformam um projeto profissional. Neste, encontramos plasmadas as intencionalidades forjadas em tais sujeitos, fruto de suas experiências políticas e profissionais que, como intencionalidades, podem ou não se materializar na realidade concreta.

Um projeto profissional é dotado de regulamentos próprios e articulado às lutas gerais da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que deve superar a imediaticidade, ir além dessa (portanto, não desconsiderando-a, mas partindo de seu momento), se caucionando do mediato e buscando, nesse sentido, efetivar a prática profissional. Além disso, é imprescindível entender a necessária inter-relação das três dimensões que constituem seu fazer profissional, a saber: a ético-política, a teórico-metodológica e a técnico-operativa. Alicerçam-se a isso valores radicalmente humanos que consubstanciam a prática profissional, a partir dos princípios e diretrizes que saturam (NETTO, 2009).

A relação entre os valores e a prática profissional é questão essencial para o debate em tela, pois são os valores que orientam e caucionam o fazer profissional do assistente social, na medida em que constituem um determinado projeto profissional consonante com um projeto societário, perspectivando a emancipação humana. Entendendo que os valores são produto da relação homem-natureza/homem-sociedade (HELLER, 2004; LUKÁCS, 2007; BARROCO, 2010), constituindo e constituintes da razão dialética que é característica subjacente aos seres sociais, somente sendo efetivados na e pela práxis social, compreendemos como está intrinsecamente articulada à assunção de valores ontológicos dentro desse projeto ético-político. Valores como a liberdade, a democracia e a cidadania, que estão

sintetizados no Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993, sendo articuladores dos princípios que guiam a prática profissional.

No que concerne a anos mais recentes, estes fizeram emergir processos sociais que se constituem como novidades históricas que retroagem sobre velhos fenômenos, reverberando no plano ideocultural. Na medida em que “o Serviço Social não é e não pode se considerar uma ilha consciente num oceano de alienação” (IASI, 2017: 83), impactam os processos sociais destes tempos dentro de suas características onto-genéticas, impactando sua materialidade e no seu universo ideo-político e teórico-metodológico de maneira multicausal.

Há, desde 2002, um novo ciclo na política brasileira, em que assume o cargo executivo federal Luiz Inácio Lula da Silva, personagem que outrora expressava o movimento sindicalista dos anos 1970 e 1980 e vinha disputando as eleições à frente de um *partido dos trabalhadores*, carregando o peso de compromissos do passado e promessas para o futuro.

Com a articulação de um neoliberalismo de caráter “neodesenvolvimentista” com o fomento de uma política assistencialista, a “discreta recuperação do salário mínimo” e o estímulo ao consumo que movimentou a economia interna via ampliação do crédito, conformou-se uma política de conciliação de classes. Indubitavelmente que tal conciliação subordina-se aos interesses daqueles que detêm o capital, e os impactos dessas políticas que efetivamente beneficiam a classe trabalhadora é residual, a despeito de servir para manter (até certo ponto, como demonstraram as *Jornadas de Junho* de 2013) os subalternos como subalternos *apassivados*. Assim, há uma combinação de políticas de austeridade, de cunho neoliberal, com novidades, políticas anticíclicas que, em si mesmas, não podem ser categorizadas como neoliberais.

O chamado “apassivamento da classe trabalhadora” é um claro exemplo de desconstrução entre os setores organizados da classe trabalhadora, operado com maestria ao longo dos governos PT. Concomitantemente, a direita conservadora e reacionária construiu um forte sentimento anticomunista impulsionado em maior ou menor medida pelos aparelhos privados de

hegemonia da classe burguesa, fundamentado pela falsa ideia de que todo petista seria comunista e todo comunista seria petista, associando a política "neodesenvolvimentista" de conciliação de classes com uma proposta revolucionária, bolivariana, do "marxismo cultural", dentre outras alucinações fomentadas por ideólogos burgueses.

Opera-se, assim, a legitimação do ideário conservador, de cunho moralizador e individualista, além de um expressivo crescimento do reacionarismo (com perspectivas proto-fascistas), que atentam contra os direitos humanos, à liberdade, à igualdade e à própria vida pela intolerância à orientação e afirmação sexual e contra matrizes religiosas de origem africana.<sup>7</sup> Concomitantemente, realizam-se ataques cada vez mais agressivos aos direitos historicamente conquistados pela luta da classe trabalhadora, visando o atendimento dos interesses do capital com sua perversa lógica autoexpansiva.

Em conjunto com as modificações que orientaram o desinteresse Estatal na provisão de políticas como saúde, previdência, educação, dentre outras, favorecendo a atuação do capital privado nessas áreas, havendo um verdadeiro processo de mercantilização destas, ocorre o aumento dos programas assistenciais focalizados. Mas tal aumento não corresponde ao interesse Estatal de consolidação da política de Assistência Social da Constituição, e sim a um movimento previsto pelo próprio ideário neoliberal, possuindo importância política e econômica de conter as sequelas da precarização do trabalho e propiciar o consumo da população com maior nível de pauperização.

Sendo assim, diante desse movimento de privatização, precarização e focalização das políticas, percebemos um intenso reducionismo das políticas

---

<sup>7</sup> "Essa é a consciência da imediaticidade, da ultrageneralização, do preconceito, da perda de capacidade de vislumbrar, ainda que potencialmente, a totalidade. Presos a essa forma de consciência, os trabalhadores não agem como uma classe nos limites da ordem do capital em luta contra suas manifestações mais aparentes; é pior, eles a naturalizam e se comportam como agentes de sua reprodução e perpetuação dessa ordem. O senso comum reflete esse movimento e é no cotidiano que ele se manifesta. Se podíamos falar de um senso comum progressista, ou tendencialmente de esquerda, no contexto de intensificação da luta de classes na crise da autocracia burguesa e no processo de democratização, hoje, no quadro de uma democracia de cooptação consolidada, temos um senso comum que tende a ser conservador e, por vezes, reacionário." (IASI, 2017, pp. 344 e 345)



permanentes, em detrimento da política de assistência. Com tudo isso, fica claro que o favorecimento à expansão do capital privado na provisão dos serviços para os grupos de trabalhadores com melhores remunerações, e além disso, a expansão dos programas assistenciais estão em acordo com os processos de ajustes previstos pelos organismos multilaterais. Tal movimento traz rebatimentos para a profissão, com o constante reducionismo do assistente social em profissional da assistência, além de impactos na formação profissional.

### **Fundamentos para pensar o Serviço Social brasileiro e seu projeto profissional numa perspectiva crítica**

A emergência do Serviço Social relaciona-se a condições concretas, determinadas nas (e pelas) relações sociais capitalistas no quadro de sua inserção no período monopólico. Tendo a “questão social” – em suas expressões fenomênicas – como fundamento, razão de existir, função social, o Serviço Social somente adquirirá existência a partir das intervenções do Estado nas expressões da “questão social” de forma sistemática, contínua e racional via políticas sociais.

No quadro da ordem monopólica o Estado intervém na “questão social” via políticas sociais (para além da repressão). Para isso necessita de agentes técnicos que, por meio de um conjunto de *procedimentos técnico-operativos*, atuem tanto na formulação quanto na implementação de políticas sociais. No âmbito em que se estabelece uma “linha direta” entre “os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da ‘questão social’” e a intervenção via políticas sociais setoriais, o âmbito da “execução terminal”, põe-se “o *mercado de trabalho* para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais*” (NETTO, 2011: 74 grifos do autor)

É importante essa retomada no sentido de compreender a lógica/racionalidade que subsidiou a profissão na sua gênese e, indubitavelmente, se manteve (e mantém) como variável operante ao longo de

toda a sua história, a despeito das inflexões internas e alterações do sociometabolismo.

Assim que a questão da profissionalidade do Serviço Social explica-se pela “criação de um espaço sócio-ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – [...] o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam esse agente, configuradas na emersão do mercado de trabalho” (NETTO, 2011: 70). Nessa consideração, entendemos que escapa ao controle dos indivíduos situados no efetivo profissional o travejamento de influências e condicionantes externos à profissão, ainda que existam possibilidades de intervir de acordo com valores e princípios distintos dos hegemônicos e, numa articulação coletiva que encontre subsídios e alicerces externos, alterar os rumos da profissão (como foi o caso da *intenção de ruptura*).

Portanto, a questão basicamente gira em torno de uma compreensão que saiba dimensionar com o máximo de precisão e profundidade os limites e possibilidades da prática profissional do assistente social, consideradas todas as suas dimensões e particularidades. Seja pelo viés que hiperdimensiona a “base”, como apagadora dos indivíduos sociais, naturalizando suas determinações históricas, seja pela consideração voluntarista, ignorando a determinação da realidade sobre as individualidades, cai-se no equívoco.

Ou seja, o *messianismo* e o *fatalismo* são expressões supostamente antitéticas de um mesmo problema: a não compreensão acerca dos limites e possibilidades presentes no Serviço Social. De acordo com Iamamoto (2013), o *fatalismo* está “inspirado em análises que naturalizam a vida social”, que, por sua vez, se traduz “numa visão ‘perversa’ da profissão”. Nesse sentido que, ao profissional, “no máximo caberia a ele aperfeiçoar formal e burocraticamente as tarefas que são atribuídas aos quadros profissionais” (136). Quanto ao *messianismo*, este “privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante”, traduzindo-se “numa visão ‘heróica’, ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social” (idem). Ao fim e ao cabo, segundo a autora, tanto um quanto outro são “prisioneiros de uma análise da prática social que não dá conta da *historicidade do ser social gestado na sociedade*

*capitalista*” (idem).

Para nossa discussão, cabe compreender a real determinação sobre o universo ideocultural do Serviço Social, tanto pela consideração dos condicionantes objetivos, externos e concretos, quanto pelas respostas profissionais no sentido de afirmação do projeto profissional hegemônico.

O campo do Serviço Social, como pretende sustentar a nossa argumentação, é demarcado e tensionado pela conjunção de uma dupla dinâmica: a que decorre do confronto entre os protagonistas sócio-históricos na emergência da ordem monopólica e a que se instaura quando, esbatendo mediatamente aquele confronto na estrutura sócio-ocupacional, todo um caldo cultural se instrumentaliza para dar corpo a alternativas de intervenção social profissionalizadas. (NETTO, 2011: 80)

As políticas sociais “constituem-se da síntese de elementos contraditórios que envolvem interesses antagônicos, mediados pelo Estado” (GUERRA, 2011: 134). Além disso, são, necessariamente, respostas que visam aparentar uma ação de consentimento do Estado às reivindicações da classe trabalhadora, encobrando sua dimensão política, e se orientam no sentido da racionalização do próprio processo de trabalho.

Assim, “se as políticas sociais têm sua base material amparada nas formas de organização do processo de trabalho, [...] no plano ideológico, as políticas sociais devem ‘aparecer’ aos trabalhadores apartadas de interesse de classe” (GUERRA, 2011: 135).

O caráter polifacético e multifacetado da “questão social”, apresentando-a como expressões múltiplas e pontuais no horizonte da vida cotidiana, permite ações fragmentadas sobre si: as políticas sociais se encontram no conjunto destas ações. Sustentada por uma racionalidade formal-abstrata, “repercute na intervenção profissional dos assistentes sociais, já que estas se constituem na base material sobre a qual o profissional se movimenta e, ao mesmo tempo, atribuem contornos, prescrições e ordenamentos à intervenção profissional” (GUERRA, 2011: 137).

Além disso, Guerra nos traz algo fundamental para pensar a questão em tela. A despeito das movimentações operadas pelos protagonistas dessa profissão no sentido de sua *politização à esquerda*, como já tratamos:

[...] verifica-se presença da racionalidade formal-abstrata enquanto uma mediação teórico-cultural e ideopolítica que historicamente vem exercendo influência na profissão. [...] Este “*paradigma*” de interpretação da realidade não é exclusivo, tampouco se manifesta de maneira monolítica no interior da profissão. O racionalismo formal-abstrato encontra-se subjacente às correntes de pensamento vinculadas à tradição positivista, que a sociedade capitalista madura adota como “axioma”, verdades preestabelecidas por leis “naturais”, “formas de existência” ou “estados reificados”, mas que, contudo, só resiste aos imediatismos da vida cotidiana enfrentados com ações manipulatórias e instrumentais. (GUERRA, 2011: 140)

O caráter fetichista da mercadoria, expresso na reificação das relações sociais, opera uma falsificação aparente em tais relações, e o pensamento racionalista formal está coadunado a este processo mistificador.

A unidade teoria/prática é recusada ao ser refratada pela lente do pensamento burguês, que opera uma defasagem das formulações teóricas com a prática social e histórica dos homens, colocando em dúvida a unidade existente nessa relação.

O Serviço Social, pela sua condição de profissão eminentemente interventiva, não só incorpora essa perspectiva, como a amplia. Tal compreensão encontra substrato na divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, redundando em uma distinção entre *profissões “científicas”* e *profissões “técnicas”*. Destarte, o Serviço Social é localizado no segundo “tipo” de profissões, e o assistente social, no seu cotidiano profissional, crê poder dispensar a reflexão teórica para se valer de instrumentos cristalizados pela sua vivência e deificados nela. De tal modo “a teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, objetiva-se numa prática burocratizada” (GUERRA, 2011: 171 e 172). O método se transforma em uma série de procedimentos de intervenção a serem adotados na prática, permitida pela “repetibilidade das ações, sancionada pela experiência e ancorada na teoria” (*idem*: 172).

Desse modo que a autora expõe:

[...] as diferentes formas de apreender a realidade – vinculadas a projetos políticos/profissionais, e referências teóricas diversas – às concepções de Serviço Social adotadas pelos profissionais, correspondem ações profissionais diversificadas e expressam as

No quadro exposto, vamos ao encontro da compreensão de que existe uma *estrutura sincrética* (NETTO, 2011) inerente à profissão, explicada pelas características medulares que dimanam de seu *ethos* profissional – determinando-a teoricamente – e pela condição cotidiana da vida, na qual o assistente social intervém, consubstanciadamente pela instituição que o captura via relações contratuais de assalariamento. Ou seja, o assistente social, chamado a intervir junto aos usuários, portando uma série de atribuições sócio-institucionais, determinado tanto pelas políticas sociais com as quais lida quanto pelas características subjacentes à vida cotidiana – *heterogeneidade, imediatividade e superficialidade extensiva* – (Netto, 2010) particularizada na dimensão institucional (em sua maioria, governamental), está propenso a ser mero “manipulador de variáveis empíricas” (NETTO, 2011), com práticas profissionais de cunho conservador e reiterador das relações que ali se cristalizam.

O *sincretismo profissional* parece ser a formulação que melhor explica a forte imantação do ecletismo no arcabouço teórico-metodológico do Serviço Social; porém, há uma diferença entre o ecletismo estar presente como constituinte de uma *estrutura sincrética* do Serviço Social desde seus primórdios, podendo ser ultrapassado dentro de determinadas condições<sup>8</sup>, e se consolidar dentro dos próprios quadros e incidir de tal maneira a ponto de enfraquecer os componentes teórico-metodológicos (com implicações ético-políticas) e, por sua vez, a hegemonia que conquistou o atual projeto ético-político que, se não se valeu apenas da perspectiva marxista para lhe dotar de materialidade, o marxismo (na intervenção teórica e política de sujeitos variados) teve inegável protagonismo na explicitação ulterior das formulações e intervenções que caracterizaram a *intenção de ruptura*.

Netto (2007) e Braz (2007) colocaram em dúvida a persistência da

---

<sup>8</sup> Sobre a referida ultrapassagem, é importante denotar que esta, “no Serviço Social, conectada à superação do seu lastro no pensamento conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional. Todavia, a superação do ecletismo teórico implica a interdição de qualquer pretensão do Serviço Social de posicionar-se como um sistema original de saber, como portador de uma teoria particular referenciada à sua intervenção prático-profissional” (NETTO, 2011: 150).

hegemonia desse projeto profissional. Apesar de realmente pouco debatido e de não constar, para nós, como objetivo corroborar ou não com essa tese, podemos delimitar como marco de discussão que apresenta elementos para se pensar, debater e investigar os rumos que vem tomando o Serviço Social diante da hipótese da presença de uma *invasão “pós-moderna”* no Serviço Social (fundamentalmente no âmbito das produções e das perspectivas políticas), sendo sinalizadora e/ou impactando sobre a direção desse projeto ético-político.

A perspectiva crítica hegemoniza essa categoria por meio do projeto mencionado, contudo não deita raízes em um solo sereno, fértil e “descontaminado” de outras perspectivas, efetivamente trava uma árdua batalha de ideias contra forças ideológicas das mais variadas matizes (positivismo, funcionalismo, fenomenologia, pós-modernismo, etc) com maior ou menor penetração a depender de elementos conjunturais e estruturais à profissão e à sociedade. Nesse sentido, apresentamos brevemente elementos para compreender a “pós-modernidade”, remetendo às próprias origens do capitalismo e o marxismo diante de tal processo sócio-histórico com dimensão ideocultural determinada.

## II – CONCLUSÃO

O contexto do nascimento do marxismo ocorre naquele em que a burguesia se consolidava como classe dominante (século XIX) e, conseqüentemente, o proletariado como classe “subalterna”, explorada. Nesse sentido que, no mesmo passo em que o legado marxiano perfaz a representação teórico-política revolucionária do proletariado, que outrora era da burguesia, a marca que caracterizará o pensamento representativo da classe burguesa é, de acordo com Lukács (1992), a “decadência ideológica”.

Ao se afirmar como classe dominante, só restava à burguesia naturalizar as relações sociais que então se conformaram. A expressão ideocultural dessa naturalização vai se demonstrar em um amplo leque de intelectuais ligados à burguesia, seja por adesão direta ou indireta à sociedade capitalista. Nesse

contexto ocorre a emersão das ciências sociais como ciências autônomas, expressas de forma bem acabada nos dois principais teóricos da decadência: Durkheim (estrutural-funcionalismo) e Weber (sociologia compreensiva).

Ou seja, após o período da "decadência ideológica" da burguesia, e como fruto deste processo, podemos dizer que há o predomínio de um tipo de racionalidade, a fenomênica, enquanto que a razão ontológica, como já discutimos, é apropriada pelo proletariado na figura de Marx e Engels, junto a duas outras categorias importantes: humanismo e historicismo concreto.

Há aí uma bifurcação importante no pensamento oriundo da modernidade, aquele que capta as questões mais imediatas da vida social e serve para afirmar a dominação do capital contra o trabalho (positivismo, estrutural-funcionalismo e sociologia compreensiva) e aquele que entende a realidade como uma totalidade contraditória, numa articulação entre aparência e essência que permite apreender a "coisa-em-si" e negá-la no sentido de sua superação dialética (marxismo).

A pós-modernidade vai beber na fonte de teorias apologéticas (ao capital, direta ou indiretamente) e requentar sua construção teórico-metodológica em novas determinações sócio-históricas, captando os determinantes mais imediatos de um período de grande aceleração da rotação do capital, fortalecimento de sua lógica reificante e grande espraiamento dos meios tecnológicos, informacionais, bem como a hipertrofia do trabalho improdutivo, que dá a aparência do fim da sociedade do trabalho.

Assim, aliada à "razão miserável" (Coutinho, 2010), temos o advento da chamada "destruição da razão" (Lukács) quando nos referimos, no primeiro caso, à racionalidade instrumental, burocrática e pobre de conteúdo, a que podemos atribuir aos pensadores decadentes da burguesia (como Durkheim e Weber) e, no segundo caso, ao irracionalismo que se contrapõe a toda e qualquer racionalidade do mundo, assumindo posicionamentos niilistas e reacionários com seu "anticapitalismo romântico" (de Burke a Nietzsche), descambando, após a crise de 1968-73, num amálgama que adota elementos da razão miserável com a miséria da razão e arvorando um *organon* que contém, inclusive, elementos contestadores à sociedade, mas que, ao fim e ao

cabos, perdem seu real conteúdo e potência crítica que vise à superação do dado imediato e, portanto, da realidade na qual se movimenta e pela qual é movimentado. A isso se convencionou chamar de “pós-modernismo”, que aglutina desde intelectuais de direita (a exemplo de um Lyotard) até de esquerda (como Boaventura de Sousa Santos).

O chamado pensamento “pós-moderno” é fruto tardio da referida decadência, sob outros aspectos teóricos e práticos. Encontra a base para emergir a partir da “crise estrutural do capital” (MÉSZAROS). Sob o amparo ideológico do neoliberalismo e a crise do “socialismo real”, teríamos adentrado num mundo formado por “jogos de linguagem” (LYOTARD, 1979), inexistindo uma Verdade, anunciando os chamados “novos movimentos sociais” como os protagonistas das “novas” lutas sociais, na medida em que a exploração entre capital e trabalho não seriam mais a contradição fundamental da sociedade, tornando classes sociais categorias sociologicamente ultrapassadas.

Diante desse quadro, compreendendo que as alterações no quadro geral da sociedade não fazem romper com a essência do capital, entendemos como é cada vez mais atual e necessário afirmar os pressupostos do marxismo para romper com o *modus operandi* do capital. Impõe-se uma necessária defesa da articulação entre teoria e prática contra a fragmentação teórica “pós-moderna” e das teorias sociais apologéticas (como é o caso do positivismo), numa reprodução ideal que busque a essência da sociedade capitalista como uma totalidade contraditória em constante movimento, e compreendendo o trabalho como base fundante do próprio ser social, a fim de bem fundamentar a ação prática dos trabalhadores organizados contra o capital.

No que diz respeito ao Serviço Social diante de uma possível *invasão* “pós-moderna”, nos apoiamos em reflexões recentes de José Paulo Netto (2016) no que diz respeito à investigação e produção sobre uma história do Serviço Social, no que, para o autor, verificam-se

[...] dois movimentos distintos e assimétricos: (1) cresce visivelmente o quantitativo de estudos *localizados e particulares* acerca da fundação de escolas e cursos, de áreas de intervenção profissional, de instituições/organizações demandantes de assistentes sociais, de eventos significativos etc.; (2) são praticamente inexistentes os



estudos que visam à elaboração de abordagens abrangentes, inclusivas, do Serviço Social no Brasil como um todo. (NETTO, 2016: 54, grifos do autor)

Diante disso, são apontadas preocupações como elenco de hipóteses: “[...] a perceptível atrofia no âmbito da reconstrução analítica (abrangente, inclusiva) da história do Serviço Social desde, pelo menos, duas décadas, pode relacionar-se a uma inflexão na sua direção social” (NETTO, 2016: 58).

Na esteira de preocupações elencadas pelo autor, Ivete Simionatto (2009) aponta:

O Serviço Social defronta-se, portanto, com duas grandes tendências teóricas: uma vinculada ao fortalecimento do neoconservadorismo inspirado nas tendências pós-modernas, que compreende a ação profissional como um campo de fragmentos, restrita às demandas do mercado de trabalho, cuja apreensão requer a mobilização de um corpo de conhecimentos e técnicas que não permite extrapolar a aparência dos fenômenos sociais; e outra relacionada à tradição marxista, que compreende o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais. (SIMIONATTO, 2009: 18 e 19)

Retomamos então, com Netto, na afirmação de que “se constata na produção acadêmica desses anos de incidência neoconservadora é o *ecletismo tornado cânone metodológico, o relativismo como postura científica básica e a reintronização do empirismo*” (NETTO, 2016: 67 grifos do autor). Tais tendências e aspectos podem ser sinalizadores de uma efetiva *invasão “pós-moderna”* no interior dos quadros teórico-metodológicos que consubstanciam o projeto ético-político (ainda) hegemônico, denotando o enfraquecimento das bases marxistas da profissão.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro, novembro, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raúl de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 35. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Os espaços socio-ocupacionais dos assistentes sociais*.

BARROCO, Maria Lúcia S. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. *Revista Inscrita*, Brasília (DF), ano 7, n. 10, p. 04-11, Nov. 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IASI, Mauro. *O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 128, p. 72-84, Jan./Abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. In: *O JOVEM Marx e outros escritos de Filosofia*. p. 225-245. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica*. In: LUKÁCS. São Paulo: Ática, 1992. p. 87-108.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, Istvan. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Natureza do Serviço Social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. *Ensaio de um marxista sem repouso*. BRAZ, Marcelo (org.). São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

\_\_\_\_\_. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brandt. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA Ana Elisabete. *et al* (orgs). *Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Ano 17,, n. 50, pp. 87 – 132, Abril 1996.

\_\_\_\_\_. Das ameaças à crise. *Revista Inscrita*, Brasília (DF), ano 7, n. 10, p. 37-41, Nov. 2007.

SOUZA, Adrianyce de; NEVES, Daniela. Do congresso da virada ao projeto ético-político: a maturação da intenção de ruptura. *Revista Praia Vermelha*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 23-36, jan./jul. 2012.